



CONTRATO Nº/2020

PAD Nº 13156/2019

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e por outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo Pregão Eletrônico nº. /, PAD nº 13.156/**2019** e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., **CNPJ** nº, situada na Rua, nº, Bairro, CEP, Cidade/UF, telefone nº (...), email:, neste ato representada pelo seu representante legal SR, CPF nº, denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de transporte para realizar a entrega e o recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação, por ocasião das ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 2020, conforme especificações descritas no Termo de Referência - Anexo I e nos locais mencionados no Anexo II.

1.2. A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I, e demais anexos do Edital que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1. A presente contratação vigorará a partir da data da assinatura do contrato em/...../..... até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2020.

2.1.1- Em razão da pandemia global do COVID-19, existe a possibilidade de protelar a data da eleição. Caso isso ocorra a data da execução será redefinida bem como o período de vigência será prorrogado.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. As condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações da Contratada estão previstas no Termo de **Referência - Anexo I, que será parte integrante do contrato.**

3.2. Saliencia-se a responsabilidade prevista no Código Eleitoral, Lei nº 4737/65, art. 340, caso não sejam cumpridas as determinações estipuladas pelo CONTRATANTE quanto às urnas eletrônicas:

*“Art. 340 - Fabricar, mandar fabricar, adquirir, fornecer, ainda que gratuitamente, subtrair ou guardar urnas, objetos, mapas, cédulas ou papéis de uso exclusivo da Justiça Eleitoral:
Pena: Reclusão de até 03 anos e pagamento de 03 a 15 dias-multa”.*

3.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e a qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. Considera-se infração administrativa passível de aplicação de sanções:

- I - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência desta contratação;
- II - Ensejar o retardamento da execução do objeto do presente;
- III - Falhar ou fraudar na execução deste contrato;
- IV - Comportar-se de modo inidôneo; e
- V - Cometer fraude fiscal.

4.2. O cometimento de qualquer das infrações previstas no item anterior ensejará a abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções:

I - **Advertência** por escrito, sem prejuízo de eventual aplicação de multa, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multas:**

a) 10% (dez por cento), por hora, calculada sobre o **valor do local de votação**¹ - quando houver atraso na entrega ou coleta de urna ou cabina de votação, limitada a incidência em até 3 (três) horas.

b) 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o **valor total adjudicado** - em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou em caso de inexecução parcial da obrigação assumida. Nesse caso, a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) 0,1% (um décimo por cento), por hora, sobre o **valor total adjudicado** - quando descumprir o horário de disponibilização dos veículos, motoristas e ajudantes no Fórum Eleitoral (item 2.4.5.1 do Termo de Referência);

d) 0,1% (um décimo por cento), por dia, sobre o **total de locais de votação** da respectiva Zona Eleitoral - quando deixar de entregar os Roteiros aos Chefes dos Cartórios (item 2.4.4. 1 do Termo de Referência);

e) 15% (quinze por cento) sobre o **valor total adjudicado**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

f) 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o **valor total adjudicado**, por dia - na hipótese de atraso na apresentação da garantia, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

g) **Ressarcimento do bem - na hipótese de extravio, perda, roubo, furto ou dano às urnas eletrônicas ou cabina de votação, conforme valores discriminados abaixo:**

URNA ELETRÔNICA 2006: R\$ 1.026,18 (um mil, vinte e seis reais e dezoito centavos);

URNA ELETRÔNICA 2008: R\$ 1.724,94 (um mil, setecentos e vinte quatro reais e noventa quatro centavos);

URNA ELETRÔNICA 2009/2010: R\$ 1.214,58 (um mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos);

URNA ELETRÔNICA 2013: R\$ 1.287,46 (um mil, duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos);

URNA ELETRÔNICA 2015: R\$ 2.218,32 (dois mil, duzentos e dezoito reais, trinta e dois centavos);

CABINA DE VOTAÇÃO: R\$ 6,95 (seis reais e noventa e cinco centavos).

III - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal (art. 7º, Lei 10.520/02).

4.3. Do ato da Administrativo que decidir pela aplicação de sanção caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação.

¹ O valor unitário do local de votação será extraído da memória de cálculo apresentada pelo licitante na formação da proposta vencedora.

4.4. A CONTRATADA autoriza, desde já, ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

4.5. Se a multa aplicada for superior ao valor faturado ou da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

4.6. As sanções previstas no item 4.2 poderão ser aplicadas cumulativamente entre si, sem prejuízo de rescisão contratual.

4.7. Na aplicação da sanção, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como os danos causados à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

4.8. As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda² e não pagas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPCA ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

4.9. Todas as sanções serão obrigatoriamente publicadas através de registro no SICAF.

CLAUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual compreenderão o conjunto de ações com o objetivo de aferir o cumprimento dos resultados previstos para os serviços contratados, verificação da regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como o apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos ao pagamento, eventual aplicação de sanções e extinção do contrato, tudo com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

5.2. Os cargos de Gestor e Fiscal serão exercidos pelos seguintes servidores:

- I - **Gestor:** Chefe da Seção de Logística de Eleições, bem como pela Coordenadora de Planejamento Estratégico, e na ausência das mesmas, por seus substitutos legais, a quem competirá o ateste definitivo da fatura;
- II - **Fiscalização:** Chefes dos Cartórios de cada uma das Zonas Eleitorais listadas no ANEXO II e, na ausência dos mesmos, seus substitutos legais, a quem competirá o ateste provisório quanto aos serviços prestados na região.

5.3. Qualquer ocorrência que prejudique a operação de transporte deverá ser registrada por escrito **pelo Fiscal** e comunicada à contratada, via e-mail, fixando-se prazo para solução do problema, correção dos defeitos ou irregularidades detectadas na prestação dos serviços.

5.3.1. Se a irregularidade persistir, caberá ao Fiscal comunicar ao Gestor, que avaliará a possibilidade de abertura de processo administrativo específico para aplicação de sanção.

² Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

5.4. A fiscalização do correto cumprimento do objeto contratual será instrumentalizada, dentre outros meios, pelo ateste na planilha de controle de entrega/ recolhimento, conforme **ANEXO IV**.

CLÁUSULA SEXTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa:

Projeto/Atividade/Programa de Trabalho:

Nº do Empenho:....., emitida em

Categoria Econômica: custeio.

Código Siasg: **3263**

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO

7.1. O Contratante pagará à Contratada o valor total de **estimado de R\$** (.....), conforme proposta detalhada apresentada e de acordo com o abaixo especificado:

1º turno: R\$ (.....);

2º turno (se houver) R\$ (.....).

LOCAL	QUANTIDADE DE LOCAIS DE VOTAÇÃO (LV)	VALOR OFERTADO POR LOCAL DE VOTAÇÃO (PLV)	VALOR TOTAL (R\$) = LV x PLV
*1º TURNO - ANEXO II	3.889		
**Curitiba - 2º TURNO	413		
**Cascavel - 2º TURNO	77		
**Londrina - 2º TURNO	147		
**Maringá - 2º TURNO	135		
**Ponta Grossa - 2º TURNO	121		
**São José dos Pinhais - 2º TURNO	73		
VALOR TOTAL ↓			

*Conforme locais de entrega e quantidades descritas no anexo II;

**Cidades com possibilidade de realização de 2º turno no estado do PR.

7.2. No preço da proposta vencedora deverão estar inclusos todos os custos relativos a tributos, despesas, combustível ou encargos que incidam sobre a prestação dos serviços objeto do presente Contrato.

7.3. As informações constantes no ANEXO II foram extraídas do sistema ELO da Justiça Eleitoral no dia 13/01/2020, razão pela qual desde já esclarece-se que poderão sofrer alteração decorrentes do fechamento do cadastro eleitoral, agregação de seções e alteração dos locais de votação.

7.3.1. Na hipótese prevista no item anterior, caso a supressão ou acréscimo de locais de votação não oscile mais 2% dos quantitativos informados no ANEXO II ou seja, não ultrapasse 77 (setenta e sete) locais de votação, a alteração deverá ser

suportada pela Contratada, mantendo-se o preço global homologado no certame licitatório.

7.3.2. a alteração deverá ser suportada pela CONTRATADA mantendo-se o preço global homologado no certame licitatório.

7.3.3. A critério do chefe de cartório, excepcionalmente o quantitativo de urnas indicado no ANEXO II poderá ser acrescido de 5% de urnas de contingência para os locais de votação já definidos no referido anexo.

7.4. Em razão da previsão de realização de eleições com voto impresso, 5% das urnas poderão sofrer alterações em suas características, que não implicarão na alteração do preço contratado.

CLAUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1. Do documento fiscal:

8.1.1. O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser **encaminhado ao Gestor do Contrato - Seção de Logística de Eleição** do TRE/PR - por e-mail (sle@tre-pr.jus.br), em formato PDF, ou poderá ser apresentado na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº. 224, 1º. andar, Prado Velho, Curitiba/Paraná.

8.1.2. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia do mês seguinte a prestação dos serviços.**

8.1.3. O documento fiscal deverá atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- I - CNPJ da Contratada;
- II - CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- III - Data de emissão da nota fiscal;
- IV - Descritivo dos quantitativos unitários e totais
- V - Número do contrato.

8.1.4. O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/ documentos de habilitação, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

8.1.5. Caso a contratada não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa contratada. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os requisitos previstos no item 8.1.3.

8.1.6. O documento fiscal deve conter o nome e número do banco, agência e conta-corrente para depósito. A conta-corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

8.1.7. A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do Gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.1.8. O período para faturamento deverá corresponder a cada turno das eleições, cumprindo a remessa após a conclusão de cada um deles.

8.2. Das condições do pagamento:

8.2.1. O pagamento será efetuado, por cada turno de eleição, após o atestado definitivo pelo **Gestor** do contrato.

8.2.2. Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo **Gestor** do contrato, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

8.2.3. A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do **Gestor** da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.2.4. Prazo para **pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

8.2.5. Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.2.6. O **Gestor** da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.1.5.

8.2.7. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

8.2.8. O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

8.2.9. Na ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.3. Da regularidade fiscal:

8.3.1. Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.3.2. A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.3.3. Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

8.3.4. A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.3.5. O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NOVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

9.1. Da substituição tributária:

9.1.1. Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

9.2. Dos tributos federais:

9.2.1. Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

9.2.2. Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

9.2.3. A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - Anexo IV.

9.3. Da retenção previdenciária:

9.3.1. Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

9.4. Da retenção do ISS:

9.4.1. Sobre serviços poderá ocorrer a retenção do ISS quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

9.4.2. Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

9.4.3. Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: GARANTIA

10.1. Para cumprimento das obrigações, será apresentada pela Contratada, impreterivelmente, em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura deste contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, com vigência de 3 (três) meses além da vigência contratual **(ou seja até 20/03/2021)**, conforme § 2º do art. 56 da Lei nº 8666/93, cabendo à empresa optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - *Fiança bancária.

10.1.1. O Seguro garantia ou a fiança bancária **(* somente aquela emitida por Instituição bancária oficial autorizada pelo Banco Central)** deverá conter número, nome do banco emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

10.2. A licitante vencedora deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vistas ao cumprimento do prazo estabelecido no item 10.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

10.3. A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL**, sendo que, deverá estar de forma expressa na apólice a previsão desta cobertura, sob pena de recusa por este Tribunal.

10.3.1. A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais.

10.4. A liberação será feita pelo GESTOR DO CONTRATO em até 10 (dez) dias após o final da vigência do contrato, desde que cumpridas todas as exigências contratuais.

10.5. No caso de o contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou acrescer a garantia conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias após solicitação pela Seção de Contratos deste TRE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTE

11.1. O reajuste dos contratos com vigência até 01 (um) ano encontra-se suspenso até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.1.1. Deverão ser observadas as disposições da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, e suas alterações posteriores, que tratam do impedimento por parte deste Tribunal de manter, aditar, ou prorrogar contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que tenham determinadas relações de parentesco com membros deste Tribunal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

14.2. Por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 2020.

.....
Representante Legal
P/Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor- Geral do TRE-PR
P/Contratante

Anexos do contrato :

- ANEXO I - Termo de Referência - que será parte integrante do contrato.**
- **Anexo II- Relação dos Municípios x Locais de Votação x Urnas.**
- **Anexo III- as Sugestão de Rotas -**
- ANEXO IV - o Modelo de Formulário de Entrega/Recolhimento de Urnas -,**
- **Anexo V - os Endereços dos Locais de Votação -**